

RECURSO ESPECIAL Nº 1.860.558 - RJ (2019/0308640-5)

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA
RECORRENTE : QUATRO VENTOS ENERGIA S.A
ADVOGADOS : SÉRGIO MACHADO TERRA - RJ080468
WILLIE CUNHA MENDES TAVARES - RJ092060
NATACHA KAMAROV BENISTI - RJ182592
YURI MACIEL ARAUJO E OUTRO(S) - RJ201077
LUCAS DE CASTRO OLIVEIRA E SILVA - RJ223183
RECORRIDO : CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E
AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADOS : MONIQUE DE CASTRO BERSOT BARBOSA
ARDUINO - RJ126338
REGINA CÉLIA FONSECA DO NASCIMENTO E
OUTRO(S) - RJ080573

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de Recurso Especial interposto por **QUATRO VENTOS ENERGIA S.A.**, contra acórdão prolatado, por unanimidade, pela 7ª Turma Especializada do do Tribunal Regional Federal da 2ª Região no julgamento de apelação, assim ementado (fls. 430/436e):

ADMINISTRATIVO. CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA (CREA/RJ). EMPRESA. IMPLANTAÇÃO DE PARQUES EÓLICOS. ESTUDOS PRÉOPERACIONAIS. REGISTRO. OBRIGATORIEDADE.

I. Depreende-se da leitura da Lei nº 6.839/80 que o registro no respectivo Conselho profissional, bem como a aplicação de penalidades só se tornam possíveis em decorrência da atividade básica exercida pela empresa.

II. Conforme art. 3º, do contrato social da empresa QUATRO VENTOS ENERGIA S.A., a ora apelante tem por objeto social: (a) a geração, transmissão, distribuição e comércio de energia elétrica em caráter permanente, na modalidade de produção independente, mediante operacionalização de unidades de geração de energia; (b) a realização de estudos, projetos ou quaisquer outras atividades afins ou complementares àquelas correspondentes aos seus objetivos sociais; e (c) a participação no capital de outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista, independentemente de sua atividade (fl. 21).

III. O Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura/RJ multou a apelante (auto de infração nº 2013305223), com fulcro nos artigos 6, alínea e, 8, 59 e 60, da Lei nº 5.194/66. (fls. 26/27), em razão de a empresa não contar com profissional (engenheiro) registrado em seus

quadros.

IV. A Lei nº 5.194/66, que regula o exercício das profissões de engenheiro, arquiteto e engenheiro agrônomo, e dá outras providências, em seu art. 7º prevê as atividades e atribuições desses profissionais, dentre elas as elencadas nas alíneas "c" e "d", a saber: estudos, projetos, análises, avaliações, vistorias, perícias, pareceres e divulgação técnica / ensino, pesquisas, experimentação e ensaios. E, em seu art. 59 determina que "as firmas, sociedades, associações, companhias, cooperativas e empresas em geral, que se organizem para executar obras ou serviços relacionados na forma estabelecida nesta lei, só poderão iniciar suas atividades depois de promoverem o competente registro nos Conselhos Regionais, bem como o dos profissionais do seu quadro técnico".

V. A apelante alega que se encontra em fase pré -operacional, desenvolvendo estudos para fins de avaliação da possibilidade de implantação de parques eólicos, cuja definição consiste em espaço, terrestre ou marítimo, onde deverão se concentrar aerogeradores destinados a transformar energia eólica em energia elétrica.

VI. Estudos, análises, avaliações e pesquisas técnicas são atividades elencadas na Lei nº 5.194/66, portanto, abrangidas legalmente como atividades inerentes ao profissional engenheiro e tais atividades encontram-se abarcadas no objeto social da apelante, intimamente ligadas ao

desenvolvimento de sua atividade empresarial.

VII. Muito embora esteja a empresa apelante em fase pré -operacional, já está a desenvolver atividades de pesquisas e avaliações técnicas que guardam relação com as definidas na Lei nº 5.194/66, logo, sujeitas ao registro no CREA/RJ.

VIII. Recurso de apelação desprovido.

Com amparo no art. 105, III, *a*, da Constituição da República, aponta-se ofensa aos dispositivos a seguir relacionados, alegando-se, em síntese, que:

i) arts. 6º, 8º e 7º da Lei n. 5.194/1966 – "trata-se de atividades que, embora possam ser exercidas por engenheiros, não são privativas da categoria e nem demandam conhecimento técnico exclusivo dessa profissão. Afinal, como reconheceram as instâncias ordinárias, as tarefas performadas pela Quatro Ventos são pré-operacionais e se limitam a incipientes pesquisas e medições para futuro (e eventual) implantação de parques eólicos, a partir da qual (e somente a partir daqui), seriam realizadas atividades de geração de energia elétrica que contariam com participação de profissionais de engenharia habilitados" (fl. 450e). Ainda, "(i) nem todas as atribuições elencadas no art. 7º são exclusivas de engenheiros, sendo justamente esse o caso das atividades praticas pela Quatro Ventos e que (ii) a redação dos arts. 6º, alínea "e" e 8º, § único exigem que o

agente venha a efetivamente "exercer" atribuição reservada a engenheiro sem a participação de profissional habilitado, sendo certo que a Quatro Ventos jamais chegou a operar as atividades de engenharia previstas em seu objeto social" (fl. 452e);

ii) art. 1º da Lei n. 6.839/1980 e arts. 59 e 60 da Lei n. 5.194/1966 – "como fica claro por todos os fatos incontroversos e premissas assentadas na origem, no sentido do estado de latência e pré-operacionalidade da empresa em relação a serviços de engenharia. Isso porque, a uma, a ora recorrente jamais "iniciou" atividades privativas de engenheiros habilitados e, a duas, tampouco manteve o mantém seções ou funcionários voltados ao exercício profissional de engenharia e nem mesmo dispendeu recursos destinados a essa finalidade" (fl. 543e).

Com contrarrazões (fls. 456/458e), o recurso foi inadmitido (fl. 463/466e), tendo sido interposto Agravo, posteriormente convertido em Recurso Especial (fl. 503e).

O Ministério Público Federal manifestou-se às fls. 511/514e.

Feito breve relato, decidido.

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

Nos termos do art. 932, III, do Código de Processo Civil de 2015, combinado com os arts. 34, XVIII, *a*, e 255, I, ambos do Regimento Interno desta Corte, o Relator está autorizado, por meio de decisão monocrática, a não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida.

Com efeito, não prospera a alegação da recorrente de que "as tarefas performadas pela Quatro Ventos são pré-operacionais e se limitam a incipientes pesquisas e medições para futuro (e eventual) implantação de parques eólicos, a partir da qual (e somente a partir daqui), seriam realizadas atividades de geração de energia elétrica que contariam com participação de profissionais de engenharia habilitados" (fl. 450e).

A Lei n. 5.194/1966, que regula o exercício das profissões de engenheiros, arquitetos e agrônomos prevê, em seu artigo 7º, c, de forma genérica, a atribuição para a realização de estudos, projetos, análises, avaliações, vistorias, perícias, pareceres e

divulgação técnica.

Dessa forma, todas as atribuições genericamente mencionadas no rol de alienas do artigo 7º devem ser interpretadas em conjunto com o que prevê, por exemplo, o artigo 1º da Lei n. 5.194/1966, ao dispor que "as profissões de engenheiro, arquiteto e engenheiro-agrônomo são caracterizadas pelas realizações de interesse social e humano que importem na realização dos seguintes empreendimentos: a) aproveitamento e utilização de recursos naturais; b) meios de locomoção e comunicações; c) edificações, serviços e equipamentos urbanos, rurais e regionais, nos seus aspectos técnicos e artísticos; d) instalações e meios de acesso a costas, cursos e massas de água e extensões terrestres; e) desenvolvimento industrial e agropecuário".

Assim, todas as atividades elencadas no artigo 7º da lei que regulamenta as profissões de engenheiros, arquitetos e agrônomos são privativas de tais profissionais, quando elas estiverem ligadas à realização dos empreendimentos acima referidos. As atividades referidas, inclusive a de pesquisa e estudos, são atividades privativas das profissões em análise, quando demandam conhecimentos específicos, próprios e exclusivos de profissionais da área.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. OFENSA A RESOLUÇÃO. NÃO-INCLUSÃO NO CONCEITO DE LEI FEDERAL. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. EXERCÍCIO PROFISSIONAL. MULTA APLICADA POR CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E ARQUITETURA. AVALIAÇÃO DE IMÓVEL. NOMEAÇÃO DE PERITO. VIOLAÇÃO AO ART. 7º DA LEI 5.194/66. INOCORRÊNCIA. ATIVIDADE NÃO AFETA COM EXCLUSIVIDADE A ENGENHEIROS, ARQUITETOS OU AGRÔNOMOS. CORRETOR DE IMÓVEIS. POSSIBILIDADE. ART. 3º DA LEI 6.530/78. PRECEDENTES. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA PARTE, DESPROVIDO.

(REsp 779.196/RS, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 25/08/2009, DJe 09/09/2009)

ADMINISTRATIVO. CONSELHOS PROFISSIONAIS. CONFEA X COFECI. ELABORAÇÃO DE PARECER DE AVALIAÇÃO MERCADOLÓGICA. SÚMULA 280/STF. PRECEDENTES SOBRE A CONTROVÉRSIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.

1. Trata-se, na origem, de Ação Anulatória da Resolução COFECI

957/2006 que outorga competência aos corretores de imóveis para elaboração de parecer técnico.

2. A controvérsia se concentra sobre determinações contidas em Resolução. Tal fato atrai a aplicação da Súmula 280/STF.

3. Mesmo que superado esse óbice, o STJ já se posicionou no sentido de que a redação do art. 7º da Lei 5.194/1966 é genérica e não impede, de forma peremptória, que profissionais de outras áreas possam realizar as atividades ali determinadas, desde que não necessitem de conhecimentos técnicos próprios de tais profissões (REsp 779196/RS, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJe 9/9/2009).

4. O art. 3º da Lei 6.530/1978 prevê que "compete ao Corretor de Imóveis exercer a intermediação na compra, venda, permuta e locação de imóveis, podendo, ainda, opinar quanto à comercialização imobiliária". Considerando os precedentes acima referidos, seria necessário esmiuçar fatos, de modo a avaliar quais são as aptidões exigidas para a realização de uma perícia de cunho mercadológico e qual a qualificação profissional de corretores e engenheiros/arquitetos (ou seja, a suficiência do conhecimento de corretores e sua habilidade para estipular, adequadamente, valores de imóveis, levando-se em conta a utilização corrente de método comparativo para tanto). Esse exercício não pode ser feito no STJ, em razão da incidência da Súmula 7/STJ, tal qual afirmado em monocrática.

5. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no AREsp 88.459/DF, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/03/2012, DJe 12/04/2012)

O tribunal de origem, após minucioso exame dos elementos fáticos contidos nos autos, consignou que os estudos, análises, avaliações e pesquisas técnicas para fins de avaliação acerca da possibilidade de implantação de parques eólicos são atividades elencadas na Lei n. 5.194/66, portanto, abrangidas legalmente como atividades inerentes ao profissional engenheiro, conforme se extrai do acórdão recorrido no seguinte excerto (fl. 433e):

Com efeito, a apelante alega que se encontra em fase pré-operacional, desenvolvendo estudos para fins de avaliação acerca da possibilidade de implantação de parques eólicos, cuja definição consiste em espaço, terrestre ou marítimo, onde deverão se concentrar aerogeradores destinados a transformar energia eólica em energia elétrica.

Ocorre que, a uma, estudos, análises, avaliações e pesquisas técnicas são atividades elencadas na Lei nº 5.194/66, portanto, abrangidas legalmente como atividades inerentes ao profissional engenheiro; a duas, tais atividades encontram-se abarcadas no objeto social da apelante, intimamente ligadas ao desenvolvimento de sua atividade empresarial, conforme acima explicitado.

Desta forma, ratifico a sentença a quo para concluir que muito embora esteja a empresa apelante em fase pré-operacional, já está a desenvolver atividades de pesquisas e avaliações técnicas que guardam sim relação com as definidas na Lei n' 5.194/66, logo, sujeitas ao registro no CREA/RJ.

In casu, rever tal entendimento, com o objetivo de acolher a pretensão recursal, para reduzir o escopo de atuação da empresa, demandaria necessário revolvimento de matéria fática, o que é inviável em sede de recurso especial, à luz do óbice contido na Súmula n. 7 desta Corte, assim enunciada: “A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”.

Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO. CONSELHOS PROFISSIONAIS. CONFEA X COFECI. ELABORAÇÃO DE PARECER DE AVALIAÇÃO MERCADOLÓGICA. SÚMULA 280/STF. PRECEDENTES SOBRE A CONTROVÉRSIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.

- 1. Trata-se, na origem, de Ação Anulatória da Resolução COFECI 957/2006 que outorga competência aos corretores de imóveis para elaboração de parecer técnico.*
- 2. A controvérsia se concentra sobre determinações contidas em Resolução. Tal fato atrai a aplicação da Súmula 280/STF.*
- 3. Mesmo que superado esse óbice, o STJ já se posicionou no sentido de que a redação do art. 7º da Lei 5.194/1966 é genérica e não impede, de forma peremptória, que profissionais de outras áreas possam realizar as atividades ali determinadas, desde que não necessitem de conhecimentos técnicos próprios de tais profissões (REsp 779196/RS, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJe 9/9/2009).*
- 4. O art. 3º da Lei 6.530/1978 prevê que "compete ao Corretor de Imóveis exercer a intermediação na compra, venda, permuta e locação de imóveis, podendo, ainda, opinar quanto à comercialização imobiliária". Considerando os precedentes acima referidos, seria necessário esmiuçar fatos, de modo a avaliar quais são as aptidões exigidas para a realização de uma perícia de cunho mercadológico e qual a qualificação profissional de corretores e engenheiros/arquitetos (ou seja, a suficiência do conhecimento de corretores e sua habilidade para estipular, adequadamente, valores de imóveis, levando-se em conta a utilização corrente de método comparativo para tanto). Esse exercício não pode ser feito no STJ, em razão da incidência da Súmula 7/STJ, tal qual afirmado em monocrática.*
- 5. Agravo Regimental não provido.*
(AgRg no AREsp 88.459/DF, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/03/2012, DJe 12/04/2012)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO

ESPECIAL. CONHECIMENTO DA ÁREA DE ENGENHARIA PARA DESEMPENHO DE ATIVIDADE BÁSICA DE MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS GRÁFICAS E DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO A TEMPO E MODO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO.

1. A Corte de origem, após analisar de forma acurada o conjunto fático-probatório dos autos, firmou convicção de que a recorrente presta serviços a terceiros (art. 1º da Lei n. 6.839/80) relativamente a atividades que se inserem entre aquelas privativas dos engenheiros (art. 7º da Lei n. 5.194/66), devendo, pois, estar registrada junto ao CREA/PR.

2. A alteração das conclusões do acórdão recorrido demanda o revolvimento dos elementos fático-probatórios da lide, motivo pelo qual não há como se afastar o óbice da Súmula 7/STJ.

3. O dissídio jurisprudencial não foi demonstrado, pois não realizado o devido cotejo analítico a tempo e modo.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1440374/PR, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 28/11/2017, DJe 06/12/2017)

No que tange aos honorários advocatícios, da conjugação dos Enunciados Administrativos ns. 3 e 7, editados em 09.03.2016 pelo Plenário desta Corte, depreende-se que as novas regras relativas ao tema, previstas no art. 85 do Código de Processo Civil de 2015, serão aplicadas apenas aos recursos sujeitos à novel legislação, tanto nas hipóteses em que o novo julgamento da lide gerar a necessidade de fixação ou modificação dos ônus da sucumbência anteriormente distribuídos quanto em relação aos honorários recursais (§ 11).

Ademais, vislumbrando o nítido propósito de desestimular a interposição de recurso infundado pela parte vencida, entendo que a fixação de honorários recursais em favor do patrono da parte recorrida está adstrita às hipóteses de não conhecimento ou de improvimento do recurso.

Quanto ao momento em que deva ocorrer o arbitramento dos honorários recursais (art. 85, § 11, do CPC/2015), afigura-se-me acertado o entendimento segundo o qual incidem apenas quando esta Corte julga, pela vez primeira, o recurso, sujeito ao Código de Processo Civil de 2015, que inaugure o grau recursal, revelando-se indevida sua fixação em agravo interno e embargos de declaração.

Registre-se que a possibilidade de fixação de honorários recursais está condicionada à existência de imposição de verba honorária pelas instâncias ordinárias,

revelando-se vedada aquela quando esta não houver sido imposta.

Na aferição do montante a ser arbitrado a título de honorários recursais, deverão ser considerados o trabalho desenvolvido pelo patrono da parte recorrida e os requisitos previstos nos §§ 2º a 10 do art. 85 do estatuto processual civil de 2015, sendo desnecessária a apresentação de contrarrazões (v.g. STF, Pleno, AO 2.063 AgR/CE, Rel. Min. Marco Aurélio, Redator para o acórdão Min. Luiz Fux, j. 18.05.2017), embora tal elemento possa influir na sua quantificação.

Assim, nos termos do art. 85, §§ 2º e 11, de rigor a majoração dos honorários anteriormente fixados de 12% (doze por cento – fl. 434e) para 13% (treze por cento) sobre o valor atualizado da causa.

Isto posto, com fundamento nos arts. 932, III, do Código de Processo Civil de 2015 e 34, XVIII, *a*, e 255, I, ambos do RISTJ, **NÃO CONHEÇO** do Recurso Especial.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora